

## HABEAS CORPUS 232.627 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES  
PACTE.(S) : JOSE DA CRUZ MARINHO  
IMPTE.(S) : TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO:** Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de José da Cruz Marinho, contra acórdão da Quinta Turma do STJ que negou provimento a recurso ordinário em *habeas corpus* (AgRg no RHC 182.049/DF).

A defesa alega que, desde 2019, o paciente exerce o cargo de Senador da República, eleito pelo Estado do Pará. No entanto, responde a ação penal em primeira instância por atos funcionais praticados, entre 2007 e 2015, no exercício do cargo de Deputado Federal. Segundo a denúncia, ele teria exigido que servidores de seu gabinete na Câmara dos Deputados depositassem mensalmente 5% de seus salários nas contas do partido, sob pena de exoneração. Por isso, o paciente foi denunciado pela prática do crime de concussão (art. 316 do CP), na forma continuada (art. 71 do CP).

O impetrante pondera que o paciente ocupou, sequencialmente, os cargos de Deputado Federal (2007/2011 e 2011/2015), Vice-Governador do Estado do Pará (2015/2018) e Senador da República (2019/2027). Por isso, como desempenhou, sem interrupção, cargos com foro privativo, entende que esta Corte é competente para julgar a ação penal, sobretudo porque os fatos narrados na denúncia foram praticados *durante o exercício do cargo público e em razão dele*.

A tese é relevante e, se acolhida, tem aptidão para alterar, em parte, a orientação em vigor sobre o alcance do foro especial (AP 937-QO/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 11.12.2018). Na ocasião, o Plenário fixou a seguinte tese: “(i) o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo”.

Com esse entendimento, o Tribunal passou a definir a prerrogativa de foro por um critério material, em função da natureza do delito. No entanto, manteve a orientação de que o encerramento do mandato parlamentar, por qualquer causa (renúncia, cassação, não reeleição etc.), implica a remessa do feito para a primeira instância. Esse efeito somente não ocorreria nos casos excepcionais de perpetuação da competência: ao final da instrução, com a intimação das partes para alegações finais, o desligamento do cargo público não mais interfere na competência originária do Tribunal.

Considerando a dimensão da controvérsia discutida nesta demanda, que pode recalibrar os contornos do foro por prerrogativa de função, entendo que o julgamento do *habeas corpus* deve ser afetado ao Plenário. Afinal, a questão nele debatida é relevante e tem assento constitucional – critérios que, segundo o artigo 22, parágrafo único, alínea “b”, do RISTF, autorizam o Relator a agir dessa forma.

Além disso, o art. 21, XI, do RISTF dispõe que é atribuição do Relator “remeter *habeas corpus* ou recurso de *habeas corpus* ao julgamento do Plenário”. Ao decidir o HC 143.333, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 21.3.2019, o Tribunal entendeu que esse dispositivo confere poder discricionário ao Relator, que pode submeter o feito ao Plenário por decisão irrecorrível. Transcrevo a ementa do acórdão:

“HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. PRISÃO PREVENTIVA. REMESSA AO PLENÁRIO. ATRIBUIÇÃO DISCRICIONÁRIA DO RELATOR. (...) 1. Sem prejuízo da legítima admissão regimental de específicas atuações fracionárias e unipessoais no âmbito desta Corte, o colegiado Plenário detém atribuição irrestrita para o exercício integral da competência constitucionalmente conferida ao Supremo Tribunal Federal. 2. Os regimentos internos dos Tribunais, editados com base no art. 96, I, “a”, da Constituição Federal, consubstanciam normas primárias de idêntica categoria às leis, solucionando-se eventual antinomia não por critérios

hierárquicos, mas, sim, pela substância regulada, sendo que, no que tange ao funcionamento e organização dos afazeres do Estado-Juiz, prepondera o dispositivo regimental. Precedentes. 3. Por força dos artigos 21, I, e 22, ambos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), compete ao Relator, de maneira discricionária, a remessa de feitos ao Tribunal Pleno para julgamento, pronunciamento que, a teor do art. 305, RISTF, afigura-se irrecurível. Especificamente no que concerne aos habeas corpus, tal proceder também é autorizado a partir da inteligência dos artigos 6º, II, “c” e 21, XI, RISTF.” (...) (HC 143.333, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, j. 12.4.2018, DJe 21.3.2019)

Como sustentei no julgamento, ainda que o Plenário tenha assentado a discricionariedade do Relator para afetação, entendo que essa decisão deve ser motivada e orientada pelos critérios regulados nas previsões normativas existentes, especialmente o RISTF.

Na doutrina, afirma-se que *“o conhecimento dos motivos ou, no mínimo, da hipótese legal utilizada para o deslocamento, é imprescindível para o controle das partes e da sociedade sobre os atos judiciais (função extraprocessual da motivação)”*, pois *“a motivação das decisões judiciais exerce papel relevante para esse fim, sendo, portanto, inaceitável a dispensa de decisão escrita e devidamente motivada quando da afetação”* (GALVÃO, Danyelle da S. Precedentes Judiciais no Processo Penal. Tese – Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo, 2019. p. 159).

Ao analisar casos recentemente afetados ao Plenário, nota-se um padrão de justificar a afetação com base em razões de segurança jurídica ou na relevância da questão constitucional debatida nos autos.

No HC 176.473 (Rel. Min. Alexandre de Moraes, despacho p. 4.12.2019), a afetação ocorreu com fundamento no art. 22 do RISTF, dada a *“existência de posições divergentes entre as Turmas”*.

Já no HC 166.373 (Rel. Min. Edson Fachin, despacho de 30.8.2019), o

## HC 232627 / DF

caso foi afetado ao Plenário nos termos do art. 22, parágrafo único, “b”, RISTF, *“com vistas a angariar segurança jurídica e estabilidade jurisprudencial”*.

Por fim, no RHC 163.334 (Rel. Min. Roberto Barroso, decisão de 13.2.2019), isso ocorreu com base no art. 21, IX, RISTF, em homenagem à segurança jurídica *“dada a relevância prática da matéria, que afeta dezenas de milhares de contribuintes por todo o país”*.

Percebe-se, portanto, que esse mecanismo consolida o *habeas corpus* como meio de formação de precedente em matéria penal, com a fixação de tese a ser aplicada e reproduzida em outros casos e juízos. O propósito é garantir segurança jurídica e proteção efetiva de direitos fundamentais.

No caso dos autos, a tese trazida a debate não apenas é relevante, como também pode reconfigurar o alcance de um instituto que é essencial para assegurar o livre exercício de cargos públicos e mandatos eletivos, garantindo autonomia aos seus titulares. É caso, portanto, de julgamento pelo Plenário, até mesmo para estabilizar a interpretação da Constituição sobre a matéria.

Ante o exposto, submeto os autos a julgamento no Plenário, no sistema virtual, com fundamento no art. 21, XI, e 22, parágrafo único, “b”, do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 13 de março de 2024.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

*Documento assinado digitalmente*